



DECLARAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Medidas que devem ser implementadas antes de o FMI conceder novamente empréstimos ao Governo de Moçambique

Estamos profundamente preocupados com a actual situação económica, social e política com que Moçambique se confronta. A queda nos preços de exportação das Commodities, a desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar e a revelação das dívidas ocultas contribuíram para uma redução significativa no crescimento económico do país.

O metical caiu mais de 60% em relação ao dólar desde o início de 2014, aumentando a inflação e reduzindo as receitas do Governo em moeda externa, resultando num aumento estimado de 93% da dívida sobre o PIB. O FMI estima que o valor de PIB em dólares americanos reduziu de 16.9 biliões em 2014 para 12 biliões em 2016, um declínio de 29%. As pessoas já podem testemunhar o impacto doloroso em termos de aumento acentuado no custo de vida e estão profundamente preocupados sobre o futuro impactos negativos.

Em Abril de 2016 foi revelado que, em 2013, um empréstimo no valor de USD 1.1 bilião foi concedido pelo Credit Suisse e VTB a duas empresas, Proindicus e Mozambique Asset Management (MAM) com garantias do Estado. Acrescidos a um empréstimo de USD 800 milhões anteriormente concedidos a Emtatum, também pelo Credit Suisse e VTB, com garantia do Estado.

Contudo, nenhum destes empréstimos foi submetido ao Parlamento Moçambicano. Face a estas revelações, o FMI tomou a decisão de suspender empréstimos para o Governo de Moçambique, acção seguida pelos restantes doadores.

A única saída sustentável da crise económica de Moçambique é através de uma maior transparência nos empréstimos, qualquer ajustamento recair sobre aqueles que são capazes de pagar, de forma que Moçambique não fique preso a um encargo de dívida impagável. Por conseguinte, apelamos que um conjunto de medidas sejam implementadas antes de o FMI retomar os empréstimos ao Governo de Moçambique. Estas medidas compreendem as seguintes:

- 1) Condução de forma transparente, de uma auditoria forense externa de todas as dívidas do Governo de Moçambique incluindo todas as dívidas com garantias estatais, com investigações específicas sobre como os empréstimos para Emtatum, Proindicus e MAM foram utilizados. Deve ser divulgado publicamente para onde foi o dinheiro, para que a crise actual fique resolvida.
- 2) Uma avaliação da solidez do plano de negócios da Emtatum, Proindicus e MAM. A capacidade das três empresas de gerar receita deve ser divulgada publicamente.
- 3) Uma análise da situação actual daqueles que vivem em situação de pobreza e medidas potencias para proteger estes e aqueles próximos da pobreza, dos impactos negativos. Todas as acções devem ser baseadas em assegurar que a pobreza não aumente e novas acções devem mostrar um grande potencial para reduzi-la.
- 4) Uma lei e o correspondente mecanismo de implementação para responsabilizar os líderes políticos pelas suas acções, incluindo sanções claras em caso de má conduta e má governação. Deve haver um quadro legal claro para a forma como os líderes políticos serão responsabilizados se tal situação surgir novamente.
- 5) Um compromisso do Governo e FMI para não cortar e reforçar os investimentos e serviços sociais essenciais, nomeadamente educação, saúde, água e saneamento e agricultura.
- 6) Uma forte e convincente estratégia de corte de gastos excessivos e medidas anti-corupção, com a devida atenção aos mecanismos de adjudicação de contratos públicos e a transparência nos concursos públicos, particularmente no diz respeito às infra estruturas e obras públicas.
- 7) A renegociação de contratos com os mega-projectos para garantir que todos eles estejam a pagar uma parte justa do imposto para ajudar no financiamento das despesas do Estado. Vários estudos têm demonstrado como os megaprojectos estão pagando níveis muito baixos de impostos em função de suas receitas.
- 8) Um compromisso por parte do Governo e do FMI de não aumentar impostos que afectam negativamente as pessoas de rendimento médio e baixo de modo a garantir que a pobreza não aumente.
- 9) Cancelamento ou redução significativa da dívida assumida pelo Governo por parte das empresas Emtatum, Proindicus e MAM. Os empréstimos do FMI não devem ser usados para pagar dívidas com credores irresponsáveis, de modo a evitar o risco de aprisionar Moçambique numa armadilha da dívida. Credores devem participar nos custos e ajustamentos resultantes de suas acções irresponsáveis e a mudança nas circunstâncias económicas consequente de preços baixos.

Assinado por:

1. Grupos em Moçambique

Organizações filiadas ao Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO):

Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC)

NWETI - Comunicação para Saúde

Grupo Moçambicano da Dívida (GMD)

Helvetas Swiss Intercooperation Moçambique

Centro de Integridade Pública (CIP)

Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC)

Action Aid Moçambique

Movimento Educação para Todos (MEPT)

Fórum Nacionais das Rádios Comunitárias (FORCOM)

Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE)

Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC)

Wateraid Moçambique

Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para Protecção Social (PSCM-PS)

Liga das ONG's de Moçambique (JOINT)

Observatório do Meio Rural (OMR)

WaterAid Moçambique

Fórum Mulher

Organizações filiadas ao Grupo Moçambicano da Dívida (GMD):

WLSA – Mulher e Lei na África Austral;

Associação Progresso;

Kulima;

TEIA;

Associação contra a pobreza,

Fórum Mulher;

Fórum de Terceira Idade;

Rede da criança;

Rede Activa;

Associação das Mulheres Rurais de Mahoche;

Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM – Central Sindical);

SINTIME;

SINTIHOTS;

SINECOSSE;

Organizações membros da Coligação Transparência e Justiça Fiscal:

Grupo de Teatro do Oprimido;

Sociedade Aberta (SA);

Conselho Cristão de Moçambique (Núcleo Provinciais de Maputo, Gaza, Inhambane,

Manica, Sofala, Zambézia, Tete, Nampula, Cabo Delgado e Niassa);

Associação para a promoção e Desenvolvimento da Mulher;

Unidade de Desenvolvimento da Educação Básica – Laboratório;

Além disso:

Justiça Ambiental

2. Grupos internacionais

International and regional networks

ActionAid International

African Forum and Network on Debt and Development (AFRODAD)

Asian Peoples Movement on Debt and Development (APMDD)

BankTrack

European Network on Debt and Development (EURODAD)

Oxfam International

National organisations

ATTAC Japan (JAPAN)

Both ENDS (NETHERLANDS)

Bretton Woods Project (UK)

Budget Advocacy Network (SIERRA LEONE)

Centre national de coopération au développement (CNCD-11.11.11) BELGIUM

Coalition citoyenne "Dettes et Développement" et la défense des intérêts fondamentaux

de la Guinée (CADIF) (GUINEA)

Debt and Development Coalition Ireland (IRELAND)

Debt Justice Norway (NORWAY)

erlassjahr.de (GERMANY)

Freedom from Debt Coalition (FDC) (PHILIPPINES)

The Integrated Social Development Centre (ISODEC) (GHANA)

Jesuit Centre for Theological Reflection (JCTR) (ZAMBIA)

Jubilee Debt Campaign (UK)

Jubilee Scotland (UK)

Kenya Debt Relief Network (KENDREN) (KENYA)

Malawi Economic Justice Network (MALAWI)

National Justice & Peace Network (UK)

No Debt No Euro (Thessaloniki) (GREECE)

Plateforme Française Dette et Développement (FRANCE)

La Plateforme d'Information et d'Action sur la Dette et le Développement (FRANCE)

La Plateforme d'Information et d'Action sur la Dette (PFIAD) (CAMEROON)

Le Réseau Gouvernance Economique et Démocratie (REGED) (DEMOCRATIC

REPUBLIC OF CONGO)

Solidar Suisse (SWITZERLAND)

Tanzania Coalition on Debt and Development (TANZANIA)

Zukunftskonvent (GERMANY)